

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.250.763 - SP (2018/0037434-7)

**RELATOR** : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO  
**AGRAVANTE** : COOPERATIVA DOS PLANTADORES DE CANA DO  
OESTE DO ESTADO DE SAO PAULO  
**ADVOGADO** : ANDRÉ FERNANDO MORENO - SP200399  
**AGRAVADO** : CARGILL AGRÍCOLA S A  
**AGRAVADO** : ARISTIDES RIZZI  
**ADVOGADOS** : ADÍLIO EVANGELISTA CARNEIRO - GO011711  
ÉDER DAVID ALVES - GO027712

### EMENTA

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. ARBITRAMENTO. EMBARGOS DE TERCEIRO. VALOR DA CAUSA. VALOR DO BEM PENHORADO. PRECEDENTES. REVISÃO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO DEMONSTRAÇÃO DA SIMILITUDE FÁTICA. AGRAVO CONHECIDO PARA, DESDE LOGO, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL NA PARTE CONHECIDA.*

### DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por COOPERATIVA DOS PLANTADORES DE CANA DO OESTE DO ESTADO DE SAO PAULO em face de decisão que não admitiu o recurso especial, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

*EMBARGOS DE TERCEIRO - Penhora sobre sacas de soja, objeto de cédulas do produtor rural - Citação do produtor rural na ação de execução que se deu após a realização dos negócios que envolveram a constituição dos penhores questionados - Fraude à execução - Inocorrência - Entendimento jurisprudencial do STJ Recurso desprovido. (e-STJ, fl. 440)*

Em suas razões de recurso especial, a recorrente alegou violação ao artigo 20, §§ 3º e 4º do CPC/73, sustentando, em síntese, que a lide não tem

# *Superior Tribunal de Justiça*

condenação, de modo que os honorários advocatícios não deveriam ser fixados em percentual, mas de forma equitativa.

As contrarrazões foram apresentadas (e-STJ, fls. 505/510).

É o relatório.

Passo a decidir.

A insurgência não merece prosperar.

Primeiramente, cumpre esclarecer que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/15 e com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, conforme disposto no Enunciado Administrativo n. 3/STJ.

Ademais, o cerne da controvérsia cinge-se em saber de que forma devem ser fixados os honorários advocatícios de sucumbência no presente caso, se de acordo com a regra inserta no § 3º do art. 20 do Código de Processo Civil, ou por meio de apreciação equitativa, nos termos do § 4º do mesmo dispositivo.

Assim, o Tribunal de origem, ao determinar o valor da causa na ação de embargos de terceiro, estabeleceu que este deve corresponder ao valor do benefício econômico auferido, que é o próprio bem sobre o qual recaiu a constrição indevida.

A propósito:

***AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. EMBARGOS DE TERCEIRO. VALOR DA CAUSA. VALOR DO BEM PENHORADO. PRECEDENTES. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 83/STJ.***

***1. Não viola o artigo 535 do Código de Processo Civil nem importa negativa de prestação jurisdicional o acórdão que adotou, para a resolução da causa, fundamentação suficiente, porém diversa da pretendida pelos recorrentes, para decidir de modo integral a controvérsia posta.***

***2. O valor da causa nos embargos de terceiro deve corresponder ao valor do bem penhorado, não podendo exceder o valor do débito.***

***3. Estando o acórdão recorrido em perfeita harmonia com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, incide a Súmula nº 83 desta Corte.***

***4. Agravo regimental não provido.***

# *Superior Tribunal de Justiça*

(AgRg no Ag 1.348.799/MT, Rel. Ministro **Ricardo Villas Bôas Cueva**, **Terceira Turma**, julgado em 20/6/2013, DJe de 26/6/2013 - grifou-se)

**AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO (ART. 544, CPC) - IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO AGRAVO. IRRESIGNAÇÃO DO IMPUGNANTE.**

1. Inocorre a mácula do art. 535 do CPC quando clara e suficiente a fundamentação adotada pelo Tribunal de origem para o deslinde da controvérsia e quando não apontado o vício no momento processual adequado.

2. **O valor da causa, em se tratando de embargos de terceiro, deve corresponder ao valor do bem constrito, não excedendo o valor da dívida. Incidência da Súmula 83/STJ.**

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 134.690/RS, Rel. Ministro **Marco Buzzi**, **Quarta Turma**, julgado em 16/4/2013, DJe de 26/4/2013 - grifou-se)

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VERBA FIXADA EM PERCENTUAL SOBRE O VALOR DA CAUSA. AÇÃO DE EMBARGOS DE TERCEIRO. INICIAL QUE NÃO ATRIBUI NENHUM VALOR À CAUSA. ILIQUIDEZ DO TÍTULO. NÃO OCORRÊNCIA. VALOR DA CAUSA QUE DEVERIA CORRESPONDER AO DO BEM LEVADO A CONSTRUÇÃO.**

1. **A jurisprudência é unânime em apregoar que, em ação de embargos de terceiro, o valor da causa deve ser o do bem levado a construção, não podendo exceder o valor da dívida.**

2. No caso, a sentença que fixou honorários advocatícios explicitou, como seria de rigor, o percentual devido a título de tal verba (15%). O que faltava, porém, era a base de cálculo sobre a qual incidiria o percentual arbitrado (valor da causa), uma vez que o autor da ação de embargos de terceiro não se desincumbiu de tal providência.

3. Todavia, não há iliquidez no título executivo a ponto de autorizar a extinção da execução dos honorários, como determinou o juízo sentenciante, uma vez que os valores são alcançados por simples cálculos aritméticos consistentes na aplicação do percentual arbitrado na sentença ao valor que legalmente deveria ter sido atribuído aos embargos de terceiro. 4. Recurso especial parcialmente provido.

(REsp 957.760/MS, Rel. Ministro **Luis Felipe Salomão**,

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Quarta Turma, julgado em 12/4/2012, DJe de 2/5/2012 - grifou-se)*

Cumpra asseverar que na verba de patrocínio arbitrada com base na equidade (art. 20, § 4º, do CPC), o magistrado não está adstrito aos limites de 10 (dez) a 20% (vinte por cento) inscritos no § 3º do art. 20 do CPC, podendo, inclusive, utilizar como base de cálculo o valor da causa ou até mesmo arbitrar valor fixo.

Nessa esteira:

*AGRAVO REGIMENTAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 20 DO CPC. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. IMPROVIMENTO.*

*(...)*

*2.- No que se refere aos honorários advocatícios, saliente-se que o art. 20 do CPC impõe a fixação dos honorários advocatícios segundo critério equitativo pelo Juízo, 'atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior', não fazendo ressalva alguma quanto à forma dessa valoração, de modo que nada obsta o estabelecimento percentual, contanto que observado esse critério, o qual, anote-se, 'constitui conceito jurídico subjetivo, dependente de estudo caso a caso, que ensejaria em revolvimento de matéria de fato, a que não se presta o apelo excepcional, por força da aplicação da Súmula n. 07-STJ' (AgRg no REsp n. 513.320-RJ, Rel. Min. LUIZ FUX, DJ 9.12.2003).*

*3.- O legislador, conferiu ao juiz a possibilidade de auferimento, recomendando equidade no arbitramento. Conforme se verifica, a verba honorária foi fixada pelo Tribunal de origem com base em critérios de equidade, levando-se em consideração as peculiaridades do caso concreto. É certo que a jurisprudência desta Corte é assente no sentido de ser possível a revisão do valor estabelecido para os honorários advocatícios somente quando este se mostrar irrisório ou exorbitante, hipótese não observada no caso em tela, em que a*

*referida verba foi arbitrada considerando-se o trabalho desenvolvido*

*pelo causídico e o tempo despendido em sua execução, sendo imperiosa a incidência, à espécie, do óbice 7 da Súmula deste*

# Superior Tribunal de Justiça

Tribunal.

(...)

5.- Agravo Regimental improvido. (AgRg no AREsp nº 95.943/SP, Rel. Ministro Sidnei Beneti, DJe 4/2/2014 - grifou-se).

Na espécie, o acórdão manteve a sentença que arbitrou os honorários advocatícios, aplicando o disposto no § 3º, do artigo 20, do CPC/73, fundamentando que:

*Na verdade, tratando-se aqui de embargos de terceiro, o valor da causa sempre deve corresponder ao benefício econômico perseguido na demanda, no caso específico, aquele correspondente ao próprio bem sobre o qual recaiu constrição indevida, ó a uma vez que é exatamente este bem que, com o acolhimento dos embargos de terceiro, permanecerá no patrimônio do embargante. Ao que consta, o valor atribuído aos embargos seguiu nesta linha, e nada sustentou a apelante que pudesse fazer entender o contrário, logo podendo aquele montante servir mesmo de base para incidência do percentual da verba honorária estabelecida. Terminando, é certo que, no caso, não há uma condenação, o que afasta a incidência estrita do art. 20, § 3º, do Código de Processo Civil de 1973. Então, é certo que, nesta situação fosse utilizado o quanto disposto no § 4º, daquele mesmo Dispositivo legal, fixando-se a honorária por equidade. Entretanto, ao se determinar os honorários por equidade, não está impedido o magistrado de sopesar tudo aquilo que está referido no art. 20, § 3º, do Código de Processo Civil de 1973, o que autorizava ao MM. Juiz a quo, que se servisse dos percentuais no indicado artigo constantes para definir qual seria o montante da remuneração do advogado da parte vencedora. Desse modo, não há porque criticar-se a fórmula adotada na sentença para estabelecimento da verba honorária, particularmente, pela circunstância de não ter resultado da fixação analisada valor excessivo, ao contrário, apenas e tão somente proporcional ao quanto se debate ao processo em questão. (e-STJ, fl. 452/453 - grifou-se)*

Assim, correto o acórdão recorrido que arbitrou os honorários advocatícios em 10% sobre o valor da causa, sendo que rever tal entendimento é obstado pela Súmula 7/STJ.

# Superior Tribunal de Justiça

Ressalta-se, ainda, que o recurso especial não pode ser conhecido quanto à interposição pela alínea c do permissivo constitucional, pois o dissídio jurisprudencial não foi comprovado conforme estabelecido nos arts. 541, parágrafo único, do CPC, e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

A divergência jurisprudencial deve ser demonstrada com a indicação das circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados. A simples transcrição de ementas não é suficiente para a comprovação do dissídio. No caso, não houve a devida similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas indicados.

Adverta-se, por fim, que eventual recurso interposto contra este *decisum* estará sujeito às normas do CPC/2015, conforme Enunciado Administrativo n. 3/STJ.

**Ante o exposto, conheço o agravo para, desde logo, negar provimento ao recurso especial, na parte conhecida.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**Relator**